

123

179



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116572-0

COMARCA: RECIFE -- 7ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A -- BANDEPE, ATUAL
DENOMINAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO S/A.

APELADOS: DIFARNOL IND E COM FARMACÊUTICO LTDA E OUTRO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – NÃO OCORRÊNCIA DE EXPRESSO REQUERIMENTO DO RÉU - ABANDONO NÃO CONFIGURADO – SENTENÇA NULA – REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO – APELAÇÃO PROVIDA – DECISÃO UNÂNIME.

No caso, não houve expresso requerimento do réu no sentido de ser declarado o abandono de causa pelo autor. Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive já cristalizada em Súmula de número 240 (STJ, REsp 807850 / DF, Rel. Min. Ari Pargendler, 3a Turma, Julg. 16/11/2006).

Deste modo, em conformidade com a jurisprudência dominante, não poderia, de ofício, haver a extinção do processo sem julgamento do mérito.

Relativamente ao fundamento utilizado quando da extinção do feito sem resolução do mérito, qual seja, o de que o autor não providenciou o andamento do feito em 48hs, após regular intimação pessoal, cuida-se que incorreu, igualmente, em equívoco.

Com efeito, o despacho, ordenando a adoção de medidas tendentes ao impulsionamento do feito pelo autor, foi devidamente atendido pelo mesmo em petição, na qual o apelante deixa consignado seu interesse no prosseguimento do feito e requer, inclusive, expedição de novo mandado de citação e penhora para a primeira executada, informando o endereço atualizado da mesma.

Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois a extinção do feito só pode ser decretada em caso de inércia do autor (REsp 534214 / SC, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 4ª Turma, Julg. 17/04/2007).

Deste modo, não há como ser confirmada a decisão monocrática, eis que o autor, ora apelante, deixou claro em petição, o seu interesse no prosseguimento do feito, não quedando inerte diante da determinação do juízo.

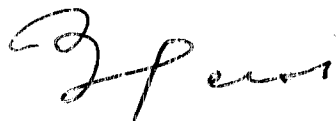
Apeção conhecida e provida, anulando-se a sentença, determinando o retorno dos autos ao primeiro grau para o regular prosseguimento do feito. Decisão unânime.

124

180

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 116572-0, em que figuram como Apelante BANCO DE PERNAMBUCO S/A – BANDEPE, ATUAL DENOMINAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A, e como Apelado DIFARNOL IND E COM FARMACÊUTICO LTDA E OUTRO, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: *"À unanimidade de votos, deu-se provimento ao apelo, para anular a sentença impugnada, retornando os autos ao juiz de origem para o seu regular prosseguimento"*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 7-12-2008



Desembargador Bartolomeu Bueno
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116572-0

COMARCA: RECIFE -- 7ª VARA CÍVEL

**APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A – BANDEPE, ATUAL
DENOMINAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO S/A.**

APELADO: DIFARNOL IND E COM FARMACÊUTICO LTDA E OUTRO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO:

Cuida-se de Apelação Cível interposta nos autos da Ação Ordinária de Cobrança nº 001.1989.021473-6 contra sentença exarada pelo Juiz monocrático, o qual julgou extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, incisos II e III, diante do alegado abandono do feito pelo Autor, ora Apelante.

Insurge-se o Apelante contra a decisão do Juiz *a quo*, eis que, após sua regular intimação para dar andamento ao feito, no prazo de 48hs, o mesmo atravessou petição consignando que possuía interesse no prosseguimento da causa, inclusive requerendo expedição de novo mandado de citação e penhora para a primeira Executada, informando seu endereço atualizado, além de informar que a citação da segunda Executada já se encontrava suprida, diante da manifestação da mesma nos presentes autos.

Posteriormente a esta primeira petição supracitada, argumenta que atravessou nova petição requerendo vista dos autos pelo prazo de 5 (cinco) dias, o que foi deferido pelo Juiz monocrático.

Todavia, alega em razões de Apelação que o Juiz *a quo*, após o deferimento do prazo de 5 (cinco) dias, extinguiu o feito sem resolução de mérito tendo por fundamento o não atendimento deste despacho de vistas, eis que não foram retirados os autos do juízo, como se o pedido de vista feito pelo Apelante fosse a sua manifestação sobre o despacho que o intimou para informar interesse no andamento do feito.

182/ 113
Contudo, o Magistrado *a quo*, segundo o Apelante, não atentou para o fato de que o despacho anterior ao da concessão de vista – qual seja, o de providenciar o andamento do feito – já havia sido devidamente cumprido pelo Autor, ora Apelante, inclusive requerendo diligências ao juízo.

O Apelante pugna, ao final, pela reforma da sentença e pelo prosseguimento regular do feito em primeiro grau.

Não há contra-razões ao presente apelo.

É o relatório. À revisão.

Recife, 16-6-2008


Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



123 11
183/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 116572-0

COMARCA: RECIFE – 7ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A – BANDEPE, ATUAL
DENOMINAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO S/A.

APELADO: DIFARNOL IND E COM FARMACÊUTICO LTDA E OUTRO

RELATOR: **DES. BARTOLOMEU BUENO**

VOTO:

38
Inicialmente, cumpre ressaltar que a decisão monocrática merece reforma pelo fato de não ter atentado para a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, eis que extinguiu o feito sem resolução de mérito por abandono de causa pelo Autor, ora Apelante, sem que houvesse requerimento expresso de qualquer dos Réus, ora Apelados, neste sentido.

Conforme se depreende de contestação acostada em fls. 27, pelo menos um dos Apelados respondeu aos termos da Ação Ordinária de Cobrança, sendo necessário, portanto, requerimento expresso para que seja decretado o abandono de causa pelo Autor, ora Apelante, nos termos do art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil.

Portanto, de início, cuido que a decisão monocrática merece reparo, pois não houve expresso requerimento do Réu no sentido de ser declarado o abandono de causa pelo autor. Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive já cristalizada em Súmula de número 240:

“PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. ABANDONO DA CAUSA. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que **o requerimento do réu para que se declare extinto o processo por abandono da causa pelo autor deve ser expresso.** Recurso especial conhecido e provido”. (STJ, REsp 807850 / DF, Rel. Min. Ari Pargendler, 3ª Turma, Julg. 16/11/2006).

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO POR ABANDONO. ARTIGO 267,

INCISO III, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

2. O abandono do causa pelo autor pressupõe o requerimento do réu, entendimento este consubstanciado na súmula 240 deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Recurso conhecido e provido". (REsp 534214 / SC, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 4ª Turma, Julg.17/04/2007).

No caso em tela não se vislumbra nos autos o requerimento do réu. Deste modo, em conformidade com a jurisprudência dominante, não poderia o juiz agir de ofício, extinguindo o processo sem julgamento do mérito.

Relativamente ao fundamento utilizado pelo Juiz *a quo* quando da extinção do feito sem resolução do mérito, qual seja, o de que o Autor não providenciou o andamento do feito em 48hs, após regular intimação pessoal, cuidou que o Magistrado monocrático incorreu, igualmente, em equívoco.

Com efeito, o despacho de fls. 58, ordenando a adoção de medidas tendentes ao impulsionamento do feito pelo autor, foi devidamente atendido pelo mesmo em petição acostada aos autos em fls. 64, na qual o Apelante deixa consignado seu interesse no prosseguimento do feito e requer, inclusive, expedição de novo mandado de citação e penhora para a primeira Executada, informando o endereço atualizado da mesma.

O Juiz *a quo*, ao sentenciar, equivocou-se ao entender que a resposta ao despacho de fls. 58 foi dada com a petição de fls. 67, na qual o Apelante, após a sua manifestação de fls. 64, requer apenas a vista dos autos. O Magistrado, portanto, sentenciou o feito sem resolução de mérito ao verificar que os autos não haviam sido retirados, após a concessão da vista, como se o Apelante não tivesse se manifestado anteriormente ao pedido de vistas, o que, como se demonstrou, não foi o que realmente ocorreu.

Com efeito, o Apelante manifestou-se, em cumprimento do despacho que ordenou o prosseguimento do feito, inclusive requerendo diligências que restaram inobservadas e não cumpridas pelo juízo. Neste panorama, resta incorreta a extinção do feito sem resolução do mérito, eis que não houve omissão do Apelante quanto ao andamento do feito.

127

185

Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois a extinção do feito só pode ser decretada em caso de inércia do Autor, conforme ilustram os seguintes julgados, abaixo transcritos:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. **EXTINÇÃO POR ABANDONO. ARTIGO 267, INCISO III, DO CPC.** AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A extinção do processo por abandono do autor pressupõe o ânimo inequívoco, ante a inércia manifestada quando, intimado pessoalmente, permanece silente quanto ao intento de prosseguir no feito. (...)”. (REsp 534214 / SC, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 4ª Turma, Julg. 17/04/2007).

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - ABANDONO DE CAUSA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO - IMPOSSIBILIDADE - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR - NECESSIDADE DE REQUERIMENTO DO RÉU

I - A extinção do processo em face do abandono de causa pelo autor art. 267, III, do CPC pressupõe a intimação pessoal da parte, para que pratique o ato em 48 horas art. 267, § 1º, do CPC. Somente se desatendida esta determinação é possível, então, extinguir-se o feito sem julgamento de mérito. Precedentes”. (STJ, REsp 314679 / PB, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, Julg. 18/06/2001).

Deste modo, não há como ser confirmada a decisão monocrática, eis que o Autor, ora Apelante, deixou claro em sua petição de fls. 64, o seu interesse no prosseguimento do feito, não quedando inerte diante da determinação do juízo. Além do mais, inclusive requisitou diligências ao juízo, as quais não foram devidamente apreciadas pelo Juiz *a quo*.

Diante do exposto, conheço do presente recurso e dou-lhe provimento, anulando a decisão combatida e determinando o retorno dos autos ao primeiro grau para regular prosseguimento do feito.

Recife, 15-10-2007

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

121

186

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E
JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO APELO, PARA
ANULAR A SENTENÇA IMPUGNADA, RETORNANDO OS AUTOS AO JUIZ DE
ORIGEM PARA O SEU REGULAR PROSSEGUIMENTO”.
